



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável

SUPRAM SUL DE MINAS - Diretoria Regional de Regularização
Ambiental

Parecer nº 202/SEMAD/SUPRAM SUL - DRRA/2022

PROCESSO Nº 1370.01.0029504/2022-29

Parecer nº 202/SEMAD/SUPRAM SUL - DRRA/2022			
Nº Documento do Parecer Único vinculado ao SEI: 49761860			
INDEXADO AO PROCESSO: Licenciamento Ambiental		PA COPAM: 2007/2022	SITUAÇÃO: Sugestão pelo indeferimento
FASE DO LICENCIAMENTO: LAS (LP+LI+LO)		VALIDADE DA LICENÇA: -	

EMPREENDEDOR: Município de Perdões		CNPJ: 18.244.343/0001-67	
EMPREENDIMENTO: Distrito Industrial de Perdões		CNPJ: 18.244.343/0001-67	
MUNICÍPIO: Perdões		ZONA: Urbana	
COORDENADAS GEOGRÁFICAS (DATUM): WGS 84	LAT/Y 21° 04' 27" S	LONG/X 45° 03' 26" O	
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: () INTEGRAL () ZONA DE AMORTECIMENTO () USO SUSTENTÁVEL (x) NÃO			
BACIA FEDERAL: Rio Grande UPGRH: GD2: Vertentes do Rio Grande		BACIA ESTADUAL: Rio Grande SUB-BACIA: Córrego da Ferradura	
CÓDIGO: E-04-02-2	PARÂMETRO Área total	ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17): Distrito industrial e zona estritamente industrial, comercial ou logística	CLASSE DO EMPREENDIMENTO 2 PORTE PEQUENO
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: • Não há incidência de critério locacional.			
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Larissa Carvalho Amarante (Engª Sanitarista e Ambiental)			REGISTRO: CREA-MG 249.894

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA
Rogério Junqueira Maciel Villela - Analista ambiental	1.199.056-1
De acordo: Eridano Valim dos Santos Maia - Diretor Regional de Regularização Ambiental	1.526.428-6
Frederico Augusto Massote Bonifácio - Diretor Regional de Controle Processual	1.364.259-0



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Junqueira Maciel Villela, Servidor(a) Público(a)**, em 14/07/2022, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Augusto Massote Bonifacio, Diretor(a)**, em 14/07/2022, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eridano Valim dos Santos Maia, Diretor(a)**, em 14/07/2022, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **49140705** e o código CRC **825ACA4C**.



1. Introdução

O empreendimento **Distrito Industrial de Perdões** pretende sua implantação nas margens da rodovia BR-381 – Fernão Dias, em área urbana do município de Perdões.

Em 18/05/2022 formalizou junto a Supram Sul de Minas o Processo Administrativo de Licenciamento Ambiental Simplificado SLA nº 2007/2022 para a atividade de “distrito industrial e zona estritamente industrial, comercial ou logística”.

Com área total de 9 ha o empreendimento de código E-04-02-2 conforme a DN 217/2017 tem porte **pequeno** (< 25 ha) e potencial poluidor geral **médio**, sendo **Classe 2**. Não há incidência de critério locacional. Deve sua regularização ambiental mediante LAS/RAS em atendimento ao artigo 19 da DN COPAM nº 217/2017, que não admite o licenciamento ambiental na modalidade LAS/Cadastro para a atividade em tela, se enquadrada na classe 2.

O empreendimento tem localização prevista no imóvel de matrícula nº 17.086, situado na localidade de São Domingos, declarada área de zoneamento urbano pela Lei Municipal nº 3.068/2018.



Figura 1 - Localização do empreendimento, nas proximidades da rodovia Fernão Dias

O projeto apresentado contempla 5,594 ha em lotes, sendo 73 lotes distribuídos em 6 quadras, além de 1,904 ha de arruamentos, 1,115 ha de APP, 0,316 ha de equipamentos urbanos e 0,070 ha de área de servidão.

Foi informado que o abastecimento de água será provido pela Prefeitura Municipal, **por meio de poço tubular** com bombeamento da água para um reservatório elevado e rede de distribuição. O tratamento dos efluentes sanitários, também provido pelo poder público municipal, se dará pelo lançamento em rede pública direcionada a Estação de Tratamento de Esgoto.



Contudo, não foi apresentada outorga para captação em poço tubular.

Desta maneira, em 31/05/2022 foi publicada a decisão pelo indeferimento do processo de licenciamento em tela.

2. Pressupostos de Admissibilidade

Em princípio, vale destacar que o presente recurso amolda-se ao que prevê o artigo 40 do Decreto Estadual nº 47383/2018.

Noutro norte, a competência para decidir acerca das razões recursais, é da Unidade Regional Colegiada do COPAM – URC, tendo em vista que a decisão que indeferiu o processo de licenciamento ambiental, fora exarada pela Superintendência Regional de Meio Ambiente, conforme preconiza o artigo 41 da supracitada norma.

Por fim, imperioso salientar que o Recorrente atendeu àquilo que dispõe os artigos 43 a 46 do Decreto Estadual nº 47.383/2018, mormente naquilo que tange ao recolhimento do preparo e à tempestividade.

3. Do recurso

Em 28/06/2022 o empreendedor formalizou por meio do processo SEI nº 1370.01.0029504/2022-29 uma solicitação de análise de recurso interposto por indeferimento da licença ambiental simplificada – processo SLA nº 2007/2022.

Na justificativa o empreendedor informa ter sido apresentado termo de anuência por parte do município, se comprometendo a realizar o abastecimento, e ter sido realizado processo licitatório para a contratação de empresa especializada para perfuração de poço tubular, o qual já possui Autorização de Perfuração de Poço Tubular, conforme Protocolo SIAM nº 0206706/2022 – 175/2022 – Processo SEI nº 1370.01.0015961/2022-97.

O empreendedor alega que a existência de outros poços tubulares na região do empreendimento, supostamente pertencendo à mesma classe de solo e ao mesmo grupo hidrogeológico da área do empreendimento, e que transmitem águas subterrâneas de forma semelhante e com produtividades da mesma ordem de grandeza, seriam suficientes para atestar a disponibilidade hídrica em eventual poço a ser perfurado na área do empreendimento.

Além disso, sugere que o parágrafo 2º do artigo 16 da DN 217/2017 excluiria a necessidade de apresentação Outorga de Recursos Hídricos nos processos de Licenciamentos Ambientais Simplificados, ensejando que a outorga poderia ser apresentada de forma complementar e que a viabilidade do empreendimento não dependeria da obtenção de outorga.



4. Discussão

O processo de licenciamento ambiental simplificado nº 2007/2022 foi formalizado em 18/05/2022 contendo a informação de que a água a ser utilizada no empreendimento teria como origem a captação em um poço tubular.

O Decreto Estadual nº 47.705/2019, que estabelece normas e procedimentos para a regularização de uso de recursos hídricos de domínio do Estado de Minas Gerais, traz em seu art. 16 que "a **captação** de água subterrânea por meio de poço tubular profundo **dependerá de outorga de direito de uso de recursos hídricos** ou, quando couber, de cadastramento de usos de recursos hídricos que independem de outorga, junto ao Igam."

Ainda que o empreendedor possua autorização para perfuração, é a captação que precisa ser outorgada, tendo em vista diversos aspectos técnicos que deverão ser analisados pelo órgão responsável, os quais estão discriminados no art. 17 do Decreto Estadual nº 47.705/2019:

Art. 17 – Na análise técnica dos processos de outorga de direito de uso de recursos hídricos para fins de exploração de água subterrânea, por meio de poço tubular profundo, serão considerados:

I – os aspectos geológicos e hidrogeológicos do local da intervenção;

II – a documentação construtiva do poço;

III – a avaliação do teste de bombeamento e recuperação do poço;

IV – a avaliação das possíveis interferências hidrodinâmicas, quando houver poços situados em um raio mínimo de 200 m (duzentos metros) de distância;

V – a avaliação das interferências do regime de bombeamento do poço na disponibilidade hídrica local;

VI – o dimensionamento do sistema de bombeamento.

A informação apresentada no recurso da existência de outros poços tubulares na região do empreendimento, portanto, somente reforça a necessidade de uma outorga para fins de captação, ocasião em que seriam analisadas possíveis interferências em poços existentes num entorno de 200 metros.

Portanto, é inegável a necessidade de outorga para **captação**.

Posto isto, a Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017 traz no art. 15, em seu parágrafo único, que "o processo de LAS somente poderá ser formalizado **após** obtenção pelo empreendedor das autorizações para intervenções ambientais ou em **recursos hídricos**, quando cabíveis, que só produzirão efeitos de posse do LAS."

Portanto, se a água que abastecerá o distrito industrial será proveniente de um poço tubular, logo, a obtenção **prévia** da outorga para **captação** de águas subterrâneas se faz necessária.



Já o art. 16 da supracitada deliberação, aludido na justificativa do recurso apresentado, **não se aplica aos licenciamentos simplificados**, como resta claro em seu §4º: "não se aplica o disposto no caput aos processos de LAS."

5. Conclusão

Em conclusão, com fundamento nas informações e discussões empreendidas ao longo deste parecer, a equipe técnica da Supram Sul de Minas sugere o **indeferimento** ao recurso interposto por indeferimento do processo de LAS/RAS nº 2007/2022 do empreendimento **Distrito Industrial de Perdões**, código E-04-02-2 - Distrito industrial e zona estritamente industrial, comercial ou logística, localizado no município de Perdões.